

Opinião

Brics: tema que não pode ser esquecido

Luiz Carlos Mendonça de Barros



Vivemos um período ímpar na história recente das economias de mercado. A longa crise que atingiu as nações mais ricas do mundo, em meados de 2008, fez com que a ligação de racionalidade entre o curto prazo e o futuro, que sempre caracterizou o chamado capitalismo moderno, se rompesse. Com isso, o metabolismo das economias de mercado mudou de forma radical e mergulhamos em um período difícil para o analista que procura olhar mais longe.

Costumo resumir o que sinto em relação a isso com um pensamento muito simples: os mercados hoje não conseguem olhar para o futuro, pois esperam — a qualquer momento — o fim do mundo e o mergulho em uma crise terminal nas maiores economias do planeta.

Nesta coluna de julho para o Valor vou fugir desse sentimento, que o leitor sabe não ser o meu. Quero projetar as lições de hoje em um horizonte mais longo, pois assim poderemos conhecer mais sobre o que nos es-

pera mais à frente. Aliás, ontem ao rever um filme fantástico de Luchino Visconti — “Il Gattopardo” —, essa ideia de olhar para além dos acontecimentos de curto prazo e procurar visualizar as transformações estruturais que estão acontecendo na economia mundial, ficou ainda mais clara para mim.

Em recente publicação o banco americano JP Morgan apresentou a evolução do PIB mundial nos primeiros 11 anos deste século sob a ótica da divisão entre a evolução dos países desenvolvidos e a dos emergentes. Os números resgatam — e reafirmam — um tema que foi muito popular até três anos atrás e que hoje caiu no esquecimento: o chamado descolamento entre esses dois mundos.

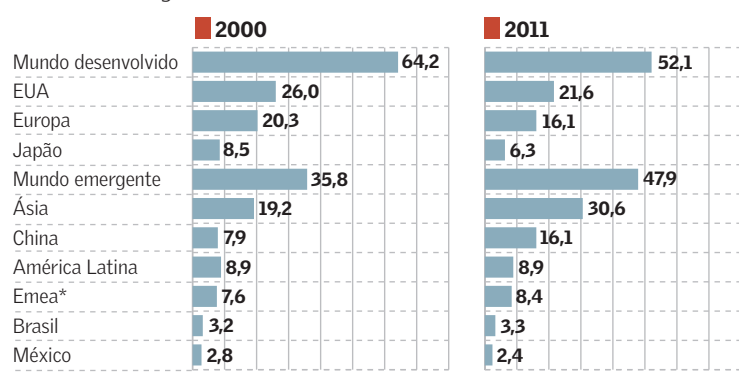
Os mercados hoje não conseguem olhar para o futuro, pois esperam — a qualquer momento — o fim do mundo

Faço a seguir um pequeno resumo dos números que estão na publicação do Morgan e, a seguir, uma projeção para a segunda década do século se o mundo não acabar.

Uma primeira observação sobre esses números é que eles foram construídos com a metodologia chamada de PPP, em que se usa a chamada paridade do poder de compra das moedas dos vários países para medir o PIB de cada país. Se usarmos para tal as taxas de câmbio de mercado, os

A evolução do PIB mundial

Pela metodologia PPP - em %



Fonte: JP Morgan *Leste Europeu, Oriente Médio e África

números são diferentes, embora a direção seja a mesma.

Com essa segunda metodologia, o PIB do mundo desenvolvido representava, em 2011, 65% do mundial contra 52,1% na metodologia PPP. Em 2000 esses números eram respectivamente de 79,5% para os desenvolvidos e 20,5% para os emergentes, o que mostra um crescimento destes ainda maior quando se usa as taxas de câmbio de mercado.

Outra observação importante que podemos inferir dessa diferença entre as duas metodologias é que, a taxa de câmbio média do mundo desenvolvido, dólar e euro principalmente, terá que se desvalorizar pelo menos 15% nos próximos anos na medida em que esse processo de mudanças se consolidar e, principalmente, se o mundo não acabar. Finalmente fica claro pelos números da tabela que o processo de mudanças no mundo continua muito forte e que o mundo

nos próximos anos vai ser muito diferente da fotografia de hoje.

Mas a fotografia de 2011, tirada pela equipe do JP Morgan, irá envelhecer muito rapidamente em função do agravamento da crise de crescimento que viverão as economias desenvolvidas nos próximos anos.

Por isso pedi ao economista Fábio Ramos da Quest que projetasse para a próxima década, em função das expectativas de crescimento disponibilizadas pelo FMI e dos dados do trabalho do Banco JP Morgan, a distribuição do PIB mundial entre nações desenvolvidas e emergentes. E os números que aparecem são impressionantes.

Pelo critério PPP a economia chinesa ultrapassa a americana em 2018, e não em 2025 que era a previsão de três anos atrás. O PIB dos principais emergentes ficará maior do que o do mundo rico em 2019, com uma antecipação

de cinco anos sobre as previsões anteriores. Ou seja, a crise no mundo desenvolvido que estamos assistindo não apenas interrompeu — ou enfraqueceu — o fenômeno do descolamento que vínhamos assistindo mas acelerou sua intensidade.

Os números mostram também que o fenômeno dos emergentes é basicamente uma dinâmica asiática. Poderíamos inclusive ir mais longe e dizer que ele é provocado pelo crescimento da China. Não por outra razão todos os olhos — que ainda estão abertos — estão voltados para esse país. Embora o Brasil participe pouco dele em termos numéricos, a influência da demanda chinesa chega a nós via os chamados termos de troca. Os preços mais elevados das commodities tem pouca influência na taxa de crescimento brasileira — por nossa culpa — mas dão sustentação à conta corrente externa que é peça relevante para o equilíbrio macro econômico. Quando o pesadelo que vivemos hoje passar, os analistas e os investidores vão acordar para um mundo diferente, como aconteceu com Don Fabrizio Corbera, príncipe da casa Salina, na Sicília no fim do século XIX e início do século XX na história contada por Giuseppe di Lampedusa no livro “Il Gattopardo.”

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é diretor-estrategista da Quest Investimentos. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações. Escreve mensalmente às segundas-feiras.

Frase do dia

“Tentativas de solidariedade sem supervisão ou condições não terão a menor chance com a Alemanha”

Da premiê alemã Angela Merkel, ao comentar que está confiante que a Justiça aprovará a legalidade do socorro aos bancos da Espanha

Cartas de Leitores

Vale

A respeito da reportagem publicada na edição de 13/7 “Falta de licença ambiental barra 55 projetos de expansão da Vale”, ao contrário do que o texto sugere, não há qualquer situação de confronto, crítica ou desconforto por parte da Vale em relação ao Ibama. Ao sermos procurados pelo repórter, enviamos uma nota com declarações da diretora executiva Vânia Somavilla e, posteriormente, indicamos a menção feita ao processo de licenciamento no release de investimentos da empresa, divulgados em novembro do ano passado.

Na matéria, o repórter afirmou que o Ibama é “crítico” pela Vale e atribuiu a uma suposta nota o que divulgamos no Capex — e que fora do contexto ganha outro sentido. Nesse documento, a empresa explica os desafios enfrentados não só pela Vale mas toda a indústria de mineração na execução de seus projetos, incluindo as licenças ambientais, escassez de capital humano, pressões de custos e prazos de entrega mais longos. Ou seja, não apenas as licenças são um desafio para os projetos, mas a reportagem sugere uma situação de confronto que não há entre a Vale e o Ibama.

Para a Vale, o licenciamento ambiental é tão prioritário quanto o projeto de engenharia de um empreendimento. Isso reflete na maneira como a empresa respeita todos os stakeholders envolvidos no processo, incluindo ambientalistas, órgãos ambientais, governos e a sociedade em geral. Houve uma revisão na forma como a Vale desenvolve os processos de licenciamento, com a criação de mecanismos internos de controle e suporte como um guia de boas práticas de licenciamento ambiental que utiliza o mesmo critério da metodologia FEL—Front End Loading, adotada na implementação de projetos de capital. Os dados relativos aos processos de licenciamento da Vale em análise são públicos e estão disponíveis, inclusive, no site do Ibama desde o dia 29/6.

Mônica Ferreira

Vale - Gerente Geral de Assessoria de Imprensa, Mídia Digital e Conteúdo Estratégico

Nota da Redação: A reportagem usou dados e informações fornecidos pela empresa e pelo Ibama. Consultada, a empresa encaminhou resposta que foi utilizada na matéria, destacando todas as iniciativas da companhia para aprimorar o processo. A matéria cita, também, o material enviado pela empresa, relativo ao balanço de investimentos. Embora esse balanço seja de novembro de 2011 — data não mencionada na matéria — ele foi enviado ao repórter como parte da resposta.

Ajuda à Espanha?

Cogita-se de um “pacote de ajuda à Espanha de mais €100 bilhões. Para que? Para sanar dificuldades financeiras do setor bancário, às custas do sacrifício do povo.

Pedro Luis Vergueiro

pedrover@matrix.com.br

Correspondências para Av. Francisco Matarazzo, 1.500 - Torre New York - CEP 05001-100 - Água Branca - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Alemanha não deixou escolha aos países vizinhos, impôs a sua vontade. Por **Stephan Richter**

Martinho Lutero e a zona do euro

Martinho Lutero, o teólogo e reformador alemão do século XVI, foi a mais crucial ausência quando os líderes europeus reuniram-se em Maastricht em 1992, para estabelecer os critérios para a União Econômica e Monetária Europeia. Em espírito e em termos de registro histórico, Lutero poderia ter fornecido uma regra de ouro adequada para identificar quais países deveriam participar da zona do euro — quais não deveriam.

Se um país europeu abandonou o catolicismo e abraçou o luteranismo (ou, mais amplamente, o protestantismo) após o início dos anos 1500, quando Martinho Lutero e alguns poucos outros reformadores, como Zwingli e Calvino lançaram a Reforma, isso teria sido uma boa indicação de que a nação estaria qualificada à adoção da moeda comum europeia cerca de cinco séculos mais tarde. Se tivesse permanecido predominantemente católica, ou mesmo Grega Ortodoxa, então não.

Com poucas exceções, essa regra simples teria poupado a centenas de milhões de pessoas em todo o mundo muito desespero, bem como grande parte da animosidade e frustração que agora prevalece — sem mencionar os trilhões de euros em valor de ativos.

Obviamente, sob essa regra, a Alemanha teria entrado para a zona do euro, assim como a Dinamarca, a Suécia e a Noruega. É interessante registrar que a Suíça, financeiramente sólida, também faria parte do grupo. O mesmo aconteceria, ainda mais surpreendentemente, com o Reino Unido.

Irlanda? Espanha? Portugal? Itália? Não. Que dirá a Grécia, esse extremado país não ortodoxo, quando se trata de conduzir uma política econômica limpa e apropriada.

Lutero, se consultado em Maastricht, teria vetado imediatamente qualquer sugestão de incluir esses países. “Leia meus lábios: países católicos não reformados”, teria pronunciado ele. A zona do euro, como resultado, teria resultado bem mais coesa — e a economia europeia teria herdado muito menos problemas.



Os países que aderiram à Reforma de Martinho Lutero, Zwingli e Calvino teriam sido uma boa indicação de quais nações estariam qualificadas para a adoção da moeda comum europeia cinco séculos mais tarde.

Os casos interessantes, e possíveis exceções, a considerar no contexto da “Regra de Lutero”, são a Áustria, a França e a Polônia. Os dois primeiros adotaram o euro, o último, ainda não, apesar de suas políticas fiscais e gestão econômica terem sido verdadeiramente notáveis. Seriam uma saudável adição à zona do euro.

No que diz respeito à Áustria e à Polónia, dois países verdadeiramente católicos, pode-se argumentar, é claro, que são as exceções que confirmam a regra. Mas também poderíamos dizer que eles, assim como a França, estão na vizinhança imediata do país base de Lutero, a Alemanha.

Localizados, como estão, na órbita direta da Alemanha, alguns observadores afirmam que a Alemanha simplesmente não deixou a seus vizinhos do sul, leste e oeste qualquer outra escolha, que impôs sua vontade sobre eles. Uma vez que isso é muito difícil de implementar (embora os alemães certamente tenham tentado repetidamente fazê-lo em eras passadas), a explicação mais provável é que essas três nações julgaram mais apropriado a seu au-

tointeresse adaptarem-se a seu ambiente mais amplo. Católicos, talvez, mas com uma saudável dose do protestantismo fiscal.

O que ajudou ainda mais, sem dúvida, foi o exemplo positivo das nações ao norte da Alemanha, na Escandinávia e até mesmo nos Bálticos. Sem exceção, pequenas, mas de caráter fortemente protestante, essas nações deram a outros países maiores vizinhos à Alemanha, a confiança de que não é preciso ser grande para ter uma sólida política fiscal.

Visto da perspectiva oposta, considere o leitor os países que nunca conseguiram superar a prática da Igreja Católica na época das exigentes indulgências (dinheiro doado à igreja em troca de perdão de pecados). Excessivo catolicismo, ou assim parece, é prejudicial à saúde fiscal de um país, ainda hoje, no Século XXI. Indulgências naquela época e incapacidade de gerir adequadamente as finanças públicas hoje. (Falo como alguém que nasceu católico e, portanto, não pode ser acusado de praticar qualquer forma de intolerância inter-religiosa.) Quando vistas des-

sa perspectiva, corrupção, evasão fiscal enorme e disseminada (veja-se a Itália e a Grécia) podem ser vistas como decorrente de uma tradição cultural de oferecer dinheiro para ter perdoadas suas transgressões. Em outras palavras, não há problemas em pecar, mesmo que tratem-se, atualmente, predominantemente, pecados fiscais.

Antes que o leitor considere esta análise como um caso grave de estereótipo religioso, permitam-me apontar para algumas importantes nuances que se constituem em exceção ao padrão sugerido acima. Considere a Eslováquia. Os eslovacos são católicos e sempre praticaram uma ética de trabalho vastamente superior, ao contrário de noções de Max Weber ou da “regra da Lutero” apresentada acima.

E o que dizer sobre a Itália? Não há uma entidade única denominada Itália. Existem duas Itálias completamente distintas. Num campo, há o velho Reino de Nápoles e as Duas Sicílias, de Roma para o sul. Ele continua a ser um ralo corrupto. Depois, há outro campo, a Itália setentrional, inclusive a Toscana, que é uma das mais bem administradas e mais eficientes economias industriais no planeta. E são ambos católicos. Mario Monti aponta para o único caminho disponível para tirar a Itália de seu pântano que já dura meio século.

Como solucionar a charada? Simples. Considere-a como uma mescla do princípio biológico de adaptação. Apesar de as ideias de Lutero não terem conseguido fixar raízes nesses lugares, mesmo áreas predominantemente católicas como a Eslováquia, a Áustria e o norte da Itália adaptaram gradualmente os valores econômicos, a ética de trabalho e a integridade do doutor Lutero e de João Calvino. A França, tão orgulhosa de suas modernas raízes anticlericais, continua vivendo à altura das verdadeiras consequências autodisciplinantes dessa afirmação.

Isso faz de Martinho Lutero, hoje, um profeta fiscal de alta estatura na Europa tanto católica protestante. (Tradução de Sergio Blum).

Stephan Richter é editor-chefe do theglobalist.com e presidente do Centro de Pesquisas Globalist